

## ÍNDICE

(Indicam-se em *itálico* os nomes dos autores e colaboradores de cada parte da obra)

<b>ADVERTÊNCIAS</b>	5
<b>PREFÁCIOS</b>	
<b>PREFÁCIO DA 6ª EDIÇÃO</b> <i>Armando Ribeiro Mendes</i>	7
<b>PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO</b> <i>José Miguel Júdice</i>	11
<b>PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO</b> <i>António Pinto Leite</i>	15
<b>PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO</b> <i>Dário Moura Vicente</i>	19
<b>PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO</b> <i>Pedro Siza Vieira</i>	23
<b>PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO</b> <i>José Robin de Andrade</i>	25
<b>LEI Nº 63/2011, DE 14 DE DEZEMBRO</b> <b>(Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária)</b> <i>Armando Ribeiro Mendes</i>	27
<b>LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA</b>	41
<b>CAPÍTULO I – Da convenção de arbitragem (arts. 1º a 7º)</b> <i>Dário Moura Vicente com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	41
<b>CAPÍTULO II – Dos árbitros e do tribunal arbitral (arts. 8º a 17º)</b> <i>José Miguel Júdice com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	58

<b>CAPÍTULO III – Da competência do tribunal arbitral (arts. 18º e 19º)</b> <i>Pedro Siza Vieira e Nuno Ferreira Lousa com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	93
<b>CAPÍTULO IV – Das providências cautelares e ordens preliminares (arts. 20º a 29º)</b> <i>Armindo Ribeiro Mendes com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	101
<b>CAPÍTULO V – Da condução do processo arbitral (arts. 30º a 38º)</b> <i>Armindo Ribeiro Mendes com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	127
<b>CAPÍTULO VI – Da sentença arbitral e encerramento do processo (arts. 39º a 45º)</b> <i>José Robin de Andrade com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	156
<b>CAPÍTULO VII – Da impugnação da sentença arbitral (art. 46º)</b> <i>José Robin de Andrade com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	190
<b>CAPÍTULO VIII – Da execução da sentença arbitral (arts. 47º e 48º)</b> <i>Pedro Metello de Nápoles com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	212
<b>CAPÍTULO IX – Da arbitragem internacional (arts. 49º a 54º)</b> <i>Dário Moura Vicente com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	217
<b>CAPÍTULO X – Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras (arts. 55º a 58º)</b> <i>Dário Moura Vicente e Pedro Siza Vieira com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	226
<b>CAPÍTULO XI – Dos tribunais estaduais competentes (arts. 59º e 60º)</b> <i>Pedro Metello Nápoles com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	235
<b>CAPÍTULO XII – Disposições finais (arts. 61º e 62º)</b> <i>Dário Moura Vicente e Pedro Metello de Nápoles com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	246

## ANEXOS

<b>I – Lei da arbitragem voluntária em matéria de patentes relativas a medicamentos (Lei nº 62/2011, de 12 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de dezembro)</b> <i>Dário Moura Vicente</i>	251
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

<b>II – Código Deontológico aprovado pela Associação Portuguesa de Arbitragem (2020)</b>	
<i>Joaquim Shearman de Macedo, Sofia Martins e Filipe Vaz Pinto</i>	265
<b>III – Código de Boas Práticas Para Peritos em Arbitragem aprovado pela Associação Portuguesa de Arbitragem (2020)</b>	
<i>Joaquim Shearman de Macedo, Pedro Metello de Nápoles e Sofia Ribeiro Mendes com a colaboração de Joana Galvão Teles, Rita Lynce de Faria e Filipe Rocha Vieira</i>	315
<b>IV – Diretrizes da International Bar Association Sobre Conflitos de Interesses em Arbitragem Internacional</b>	
<i>André Navarro de Noronha, Miguel de Almada, Pedro Metello de Nápoles e Sofia Martins</i>	335
<b>Introdução</b>	338
<b>Parte I: Princípios gerais relativos a imparcialidade, independência e revelação</b>	346
<b>Parte II: Aplicação prática dos princípios gerais</b>	357
1. Lista Vermelha de situações irrenunciáveis	360
2. Lista Vermelha se situações renunciáveis	365
3. Lista Laranja	371
4. Lista Verde	384
<b>V – Jurisprudência portuguesa sobre a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011</b>	
<i>Nuno Ferreira Lousa com a colaboração de António Júdice Moreira e Carla Gonçalves Borges</i>	389
1. <b>Convenção de arbitragem</b>	389
2. <b>Tribunais arbitrais</b>	409
3. <b>Honorários dos árbitros</b>	412
4. <b>Funções e deveres dos árbitros</b>	414
5. <b>Sede da arbitragem</b>	419
6. <b>Providências Cautelares</b>	420
7. <b>Regras processuais</b>	422
8. <b>Princípios fundamentais</b>	427
9. <b>Alteração do pedido e da causa de pedir. Reconvenção</b>	433
10. <b>Recursos</b>	435
11. <b>Ações de anulação</b>	444
12. <b>Revisão de sentença estrangeira</b>	457
<b>VI – Tradução inglesa da Lei da Arbitragem Voluntária de 2011</b>	467
Chapter I – On the arbitration agreement	467
Chapter II – On the arbitrators and the arbitral tribunal	470
Chapter III – On the jurisdiction of the arbitral tribunal	475

Chapter IV – On interim measures and preliminary orders	476
Chapter V – On the conduct of the arbitral proceedings	481
Chapter VI – On the arbitral award and the closing of the proceedings	486
Chapter VII – On recourse against award	490
Chapter VIII – On the enforcement of the arbitral award	493
Chapter IX – On international arbitration	494
Chapter X – On the recognition and enforcement of foreign arbitral awards	495
Chapter XI – On the competent state courts	498
Chapter XII – Final provisions	500
<b>VII – Tradução castelhana da Lei da Arbitragem Voluntária de 2011</b>	<b>501</b>
Capítulo I – Convenio arbitral	501
Capítulo II – De los árbitros y del tribunal arbitral	504
Capítulo III – Competencia del Tribunal Arbitral	509
Capítulo IV – Medidas cautelares y órdenes preliminares	510
Capítulo V – De la sustanciación de las actuaciones arbitrales	515
Capítulo VI – Del pronunciamiento del laudo y terminación de las actuaciones	521
Capítulo VII – De la impugnación del laudo	525
Capítulo VIII – De la ejecución del laudo arbitral	527
Capítulo IX – Del arbitraje internacional	528
Capítulo X – Del reconocimiento y ejecución de los laudos arbitrales extranjeros	530
Capítulo XI – De los tribunales estatales competentes	532
Capítulo XII – Disposiciones finales	535
<b>VIII – Exposição de Motivos da Lei da Arbitragem Voluntária de 2011</b>	<b>537</b>
<b>IX – Convenção de Nova Iorque de 1958 sobre o reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais estrangeiras</b>	<b>545</b>
<b>X – Bibliografia seleccionada sobre a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011</b>	
<i>Dário Moura Vicente</i>	553
1. Comentários à Lei da Arbitragem Voluntária	553
2. Monografias, manuais e coletâneas de estudos	533
3. Artigos	554
<b>XI – Principais abreviaturas utilizadas</b>	<b>561</b>